

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.839.598 - SC (2019/0283699-5)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : **SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA**
ADVOGADOS : **JANAÍNA MARQUES DA SILVEIRA - SC026753**
MATHEUS PINTO DE ALMEIDA - RJ172498
THIAGO RAVELL SANTOS - RJ183844
RECORRIDO : **ALEX TRISTÃO PADILHA**
ADVOGADO : **JULIANE GONZAGA SCOPEL - SC031633**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. 1. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO NO PRAZO LEGAL, NA VIA ADMINISTRATIVA. INAPLICABILIDADE DO TEXTO DA SÚMULA 580/STJ. AUSÊNCIA DE DIREITO À CORREÇÃO MONETÁRIA. PRECEDENTES. 2. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. PEDIDO PREJUDICADO. 3. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A., com fulcro no art. 105, III, *a e c*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pela Quinta Câmara de Direito Civil do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assim ementado (e-STJ, fl. 226):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. DPVAT. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA.

RECURSO DA SEGURADORA RÉ

CORREÇÃO MONETÁRIA SOBRE A VERBA PAGA ADMINISTRATIVAMENTE. ENTENDIMENTO SUMULADO. FLUÊNCIA A PARTIR DA DATA DO EVENTO DANOSO. PAGAMENTO ADMINISTRATIVO EFETUADO DENTRO DO PRAZO DE 30 DIAS (ART. 5º §§ 1º E 7º DA LEI 6.194/74) QUE NÃO AFASTA A APLICAÇÃO DE CORREÇÃO MONETÁRIA. PRECEDENTES DESTES TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

ÔNUS SUCUMBENCIAIS. REDISTRIBUIÇÃO NECESSÁRIA DIANTE DA SUCUMBÊNCIA MÍNIMA DA SEGURADORA RÉ. ART. 86, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. CONDENAÇÃO APENAS DA PARTE AUTORA AO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VERBAS SUSPENSAS EM RAZÃO DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA QUE LHE FOI CONCEDIDO.

SENTENÇA REFORMADA APENAS NO TOCANTE À REDISTRIBUIÇÃO DA VERBA SUCUMBENCIAL. RECURSO

Superior Tribunal de Justiça

CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

Nas razões do recurso especial, a insurgente indica divergência jurisprudencial e violação ao art. 5º, §§ 1º e 7º, da Lei n. 6.194/1974, sob a assertiva de que incide correção monetária sobre a indenização do seguro DPVAT apenas quando houver descumprimento do prazo legal para pagamento.

Contra-arrazoadado o feito (e-STJ, fls. 280-290), o recurso foi admitido na origem (e-STJ, fls. 300-303), ascendendo os autos a esta Corte Superior.

Brevemente relatado, decido.

Quanto ao pagamento da indenização securitária, é certo que a jurisprudência desta Corte Superior se firmou no sentido de que "a correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6.194/1974, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso" (enunciado n. 580 da Súmula do STJ).

É o que também se extrai do seguinte precedente julgado sob o rito dos recursos repetitivos:

RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. CIVIL. SEGURO DPVAT. INDENIZAÇÃO. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. TERMO 'A QUO'. DATA DO EVENTO DANOSO. ART. 543-C DO CPC.

1. Polêmica em torno da forma de atualização monetária das indenizações previstas no art. 3º da Lei 6.194/74, com redação dada pela Medida Provisória n. 340/2006, convertida na Lei 11.482/07, em face da omissão legislativa acerca da incidência de correção monetária.

2. Controvérsia em torno da existência de omissão legislativa ou de silêncio eloquente da lei.

3. Manifestação expressa do STF, ao analisar a ausência de menção ao direito de correção monetária no art. 3º da Lei nº 6.194/74, com a redação da Lei nº 11.482/2007, no sentido da inexistência de inconstitucionalidade por omissão (ADI 4.350/DF).

4. Para os fins do art. 543-C do CPC: A incidência de atualização monetária nas indenizações por morte ou invalidez do seguro DPVAT, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6.194/74, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, opera-se desde a data do evento danoso.

5. Aplicação da tese ao caso concreto para estabelecer como termo inicial da correção monetária a data do evento danoso.

6. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

(REsp 1483620/SC, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, Segunda Seção, julgado em 27/05/2015, DJe 02/06/2015)

Entretanto, é importante esclarecer que, na fundamentação adotada pelo

Superior Tribunal de Justiça

referido precedente, foi consignado que a atualização monetária prevista no art. 5º, § 7º, da Lei n. 6.194/1974, determina que os valores correspondentes às indenizações sujeitam-se à correção monetária e juros moratórios **nos casos de não cumprimento do prazo para o pagamento** da respectiva obrigação pecuniária.

Dessarte, depreende-se que a correção monetária se aplica somente nos casos em que a indenização securitária não é paga no prazo legal de 30 (trinta) dias, de modo a permitir a reparação das perdas ensejadas pela inflação e a recomposição do seu montante efetivo ao longo do tempo.

A título ilustrativo, confirmam-se os seguintes precedentes que conferem a mesma interpretação:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA N. 283/STF. DATA DO PAGAMENTO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. PAGAMENTO TEMPESTIVO REALIZADO ADMINISTRATIVAMENTE. CORREÇÃO MONETÁRIA. INVIABILIDADE. SÚMULA N. 83/STJ. DECISÃO MANTIDA.
(...)

3. O entendimento consolidado na Súmula n. 580/STJ e no REsp n. 1.483.620/SC se aplica quando a seguradora não paga o valor da indenização no prazo de trinta dias, a contar da data de entrega da documentação. Precedentes (Súmula n. 83/STJ).

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1727082/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 27/05/2019, DJe 30/05/2019)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SEGURO DPVAT. PAGAMENTO ADMINISTRATIVO. PRAZO. CUMPRIMENTO. CORREÇÃO MONETÁRIA. NÃO INCIDÊNCIA. SÚMULA Nº 568/STJ. INVERSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME PROBATÓRIO.
(...)

2. É firme a orientação do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a correção monetária incidirá somente nas hipóteses em que a indenização securitária não for paga no prazo legal. Precedentes.

(...)

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1789473/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/07/2019, DJe 02/08/2019)

No caso concreto, contudo, o Tribunal de origem entendeu ser cabível a

Superior Tribunal de Justiça

incidência de correção monetária, por considerar que, "mesmo que o pagamento administrativo ocorra no prazo de 30 dias, ainda assim é devida a atualização do aludido valor" (e-STJ, fl. 231).

Dessa forma, verifica-se que a decisão estadual se mostra desacertada, já que destoa do entendimento firmado por ambas as Turmas da Segunda Seção do STJ.

Diante do exposto, dou provimento ao recurso especial para afastar a correção monetária estabelecida no acórdão estadual.

Prejudicado o pedido da parte contrária de aplicação das penas de litigância de má-fé.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator